

As histórias literárias portuguesas e a emancipação da literatura do Brasil

Roberto Acízelo de Souza*

Resumo

O reconhecimento, por parte das histórias literárias portuguesas, de que a literatura brasileira constitui um sistema literário nacional autônomo, foi um processo longo, em cujo desdobramento é possível reconhecer dois momentos. No primeiro, situado na década de 1860, firma-se a idéia de que as obras de expressão portuguesa, não importando a naturalidade brasileira ou lusitana dos seus autores, integrariam o patrimônio da literatura de Portugal, desde que produzidas até antes da proclamação da nossa independência, marco a partir do qual o Brasil passaria a construir sua própria literatura nacional. No segundo, definido na década de 1950, sem desaparecer a praxe de integrar-se no âmbito da literatura portuguesa os autores “brasileiros” do período colonial, passam as histórias literárias portuguesas a admitir a retroação do conceito de literatura brasileira até os primeiros séculos da colonização, no que enfim concordam, após prolongada resistência, com o ponto de vista defendido já a partir do século XIX por historiadores e críticos nacionalistas brasileiros.

Palavras-chave: Historiografia da literatura portuguesa; Historiografia da literatura brasileira; Nacionalismo; Colonialismo; História literária.

1

A expressão “pesadelos da história” encerra em geral remissão a eventos particularmente traumáticos, registrados no campo político, na esfera militar, na ordem social ou na organização econômica. A história cultural, contudo, não constitui espaço imune a tais impactos. Assim, nosso propósito aqui será narrar certo “pesadelo” bastante específico, configurado no domínio da história da literatura portuguesa. Referimo-nos ao longo processo – pois que se estendeu por cerca de um século, mais ou menos de 1860 a 1950 – do reconhecimento, pela história literária portuguesa, da autonomia da literatura brasileira.

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Nossa hipótese principal é que, se a perda do Brasil representou para o Portugal oitocentista um evidente choque político, a partilha da literatura portuguesa, determinada pela secessão das produções brasileiras, constituiu o seu correlato cultural. Repousa assim a hipótese numa simetria que parece persuasiva, mesmo não sendo absoluta, pois é preciso reconhecer que, enquanto no plano político o “pesadelo” em questão se manifesta num evento pontual, no plano da cultura literária ele se revela um processo pelo menos centenário.

2

Como se sabe, Portugal reconheceu a independência política do Brasil em 1825, três anos, portanto, após a sua proclamação. Quanto ao reconhecimento da autonomia literária brasileira por parte da antiga metrópole, trata-se, é claro, de processo difuso e menos formal, além de necessariamente mais lento. Nosso propósito aqui, como já antecipamos, é rastrear esse processo, observando-o na instância em que se desdobrou, isto é, a produção historiográfico-literária portuguesa, já que a história literária se constitui, no plano da cultura, num correlato daquilo que representa, no plano da política, a soberania nacional.

Com esse objetivo, iniciemos por descrever sumariamente o desenvolvimento da historiografia literária de Portugal.

3

A exemplo do que ocorreu em outros países da Europa e da América, a historiografia da literatura portuguesa, no formato moderno de narrativa generalista orientada etiológica e teleologicamente, se constitui e se consolida no século XIX, com antecedentes nos séculos XVII e XVIII. Nos anos de 1600 se manifesta sob a forma de biografias de autores específicos – Camões, Sá de Miranda, João de Barros, Diogo do Couto –, ou ainda como simples listagens de escritores e obras respectivas; nos de 1700, na grandiosa *Biblioteca lusitana*, de Diogo Barbosa Machado;¹ enfim, no século XIX, além da persistência do modelo setecentista representado pela obra de Barbosa Machado – o *Dicionário biblio-*

¹ Na segunda metade do século XVIII e passagem para o XIX consignam-se ainda como antecedentes da história literária oitocentista as *Memórias para a história literária de Portugal e seus domínios*; divididas em várias cartas (1774), de Antônio Félix Mendes, publicadas sob o pseudônimo de João Pedro do Vale (cf. ABREU, em BOLOGNINI, 2003, p. 48), e alguns estudos integrantes das *Memórias da literatura portuguesa* publicadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa (8 v., 1792-1814), especialmente “Memória sobre a poesia bucólica dos poetas portugueses”, de Joaquim Foyos, e “Das origens e progressos da poesia portuguesa”, de Antônio Ribeiro dos Santos (cf. ABREU, em BOLOGNINI, 2003, p. 42-43).

gráfico português, de Inocêncio Francisco da Silva e sucessores –, assume a apresentação narrativa já referida, primeiro em trabalhos de estrangeiros – Friedrich Bouterwek, Simonde de Sismondi e Ferdinand Denis –,² depois em tentativas inaugurais de autores portugueses – Almeida Garrett, Freire de Carvalho, Costa e Silva, Silvestre Ribeiro,³ Andrade Ferreira e Camilo – e brasileiros – Álvares de Azevedo,⁴ Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis –, atingindo finalmente o seu momento de plenitude oitocentista na obra de Teófilo Braga. Em fins do século XIX e no século XX, parece inicialmente decair em manuais de objetivos estreitamente escolares – Mendes dos Remédios e Joaquim Ferreira –, para depois reaver veleidades propriamente intelectuais – Fidelino de Figueiredo e Saraiva & Lopes –, além de se fazer representar em contribuições brasileiras, entre as quais aquelas devidas a Massaud Moisés e Antônio Soares Amora. E nessa virada de século, não obstante o pouco interesse que a história literária de modelo romântico-realista vem despertando nesses tempos por assim dizer pós-nacionalistas, assinalam-se projetos de reciclagem dessa tradição, concretizados em trabalhos produzidos por equipe, casos de uma obra elaborada sob a direção de Carlos Reis (1993-2001)⁵ e de outra coordenada por Isabel Allegro de Magalhães (1997-2004).⁶

A seguir, partindo do século XVIII, tendo em vista nosso propósito, vejamos a posição dos autores brasileiros, ou da própria literatura brasileira como instituição nacional, nessas produções consagradas à história literária de Portugal.

4

Na *Biblioteca lusitana* (1741-1759), como é natural, por tratar-se de obra muito anterior ao processo político que levaria à independência brasileira, os autores nascidos no Brasil são considerados no mesmo plano dos demais, isto é, como se portugueses fossem, o que na verdade eram, sob um ponto de vista ju-

² Encontramos ainda sumárias referências a dois outros estrangeiros que devem figurar na relação: François Villemain (cf. SALGADO JÚNIOR, 1973 [1959], p. 395) e A. M. Sane, este último autor de “Introdução sobre a literatura portuguesa, com notas históricas, geográficas e literárias” (1808) (cf. ABREU, em ZINK, 2003, p. 53).

³ A obra de José Silvestre Ribeiro – *Primeiros traços duma resenha da literatura portuguesa* (1853) – não é pertinente para nossos objetivos, se de fato proceder o que a pesquisa revelou, segundo se depreende do próprio prefácio do autor e de notícias secundárias: não ultrapassou o que seria o volume primeiro de uma série, constituindo-se apenas numa espécie de introdução teórica ao estudo da literatura portuguesa.

⁴ Também a contribuição de Álvares de Azevedo – o longo ensaio de publicação póstuma intitulado “Literatura e civilização em Portugal”, que deve ter sido escrito em 1850 – não nos interessa aqui, pela circunstância de não tratar de escritores vinculáveis à literatura brasileira – por terem nascido no Brasil ou aqui vivido –, numa espécie de distante antecipação do que seria a praxe das histórias da literatura portuguesa produzidas por brasileiros no século XX, como adiante se verá.

⁵ Nove volumes previstos; já publicados os v. 1, 2, 3, 5, 6 e 7.

⁶ Em processo de publicação. 28 fascículos publicados.

rídico e político. Barbosa Machado (1752, v. 3), assim, limita-se a indicar o local de nascimento deles, dizendo, por exemplo, que Botelho de Oliveira “nasceu na cidade da Bahia, capital da América Portuguesa” (p. 199), do mesmo modo que informa haver Camões nascido em “Lisboa, princesa de todas as cidades de Portugal” (p. 70), sendo ambos, portanto, naturais de duas cidades do mesmo país.

Quanto à sua retomada oitocentista – o **Dicionário bibliográfico português** (1858-1923), de Inocêncio Francisco da Silva e continuadores –, apesar de sua publicação ter-se iniciado bem depois da independência do Brasil, concluindo-se aliás, por conta de sua morosa publicação e intermináveis suplementações, após seu centenário, nela se mantém o pressuposto da unidade literária entre Portugal e Brasil, circunstância que aliás se explicita no próprio subtítulo da obra: “estudos aplicados a Portugal e Brasil”.

Vejam agora as soluções para a questão em apreço apresentadas por autores estrangeiros que no início do século XIX assinaram estudos pioneiros sobre a história literária de Portugal. Friedrich Bouterweck, na sua **História da poesia e da eloquência portuguesa** (1805),⁷ bem como Simonde de Sismondi, no segmento dedicado a Portugal da sua obra (parte final do volume 4) **Sobre a literatura do meio-dia da Europa** (1813), tratam os escritores nascidos no Brasil como representantes da literatura portuguesa, o que seria de esperar-se, naturalmente, no caso de trabalhos produzidos antes de 1822. Já Ferdinand Denis, publicando seu ensaio após essa data – em 1826 –, propõe a autonomia da literatura brasileira,⁸ ocupando-se dela numa parte específica do ensaio, como se depreende já do seu título, a indicar que se trata na verdade de dois estudos justapostos num só volume: **Resumo da história literária de Portugal, seguido do Resumo da história literária do Brasil**.

No mesmo ano, contudo, Garrett publica, como introdução ao **Parnaso lusitano**, a “História abreviada da língua e poesia portuguesa”,⁹ onde os autores nascidos no Brasil permanecem considerados integrantes do patrimônio literário português: “E agora começa a literatura portuguesa a avultar e a enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros” (GARRETT, 1984 [1826], p. 302; grifo nosso).

Na mesma linha prossegue Freire de Carvalho no **Primeiro ensaio sobre história literária de Portugal**. Publicado em 1845 – mas com a redação iniciada em

⁷ Trata-se do volume 4 da obra de autoria coletiva **História da poesia e da eloquência desde o fim do século XIII** (1801-1819; 12 volumes).

⁸ Conforme, de resto, o postulado que o orienta, a correlação direta entre independência política e autonomia literária: “(...) a América deve ser livre tanto na sua poesia como no seu governo” (DENIS, em CÉSAR, 1978, p. 36).

⁹ Integrado às **Obras completas** do autor a partir da edição de 1904, o ensaio passa a ter por título “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa”.

1814, conforme declara o autor (p. 3) –, o estudo, exatos 20 anos após o reconhecimento da independência do Brasil por parte de Portugal, se propõe considerar escritores “*portugueses* de ambos os hemisférios” (p. 13; grifo nosso). Além disso, constitui a primeira manifestação de historiografia literária lusitana que estende a narrativa até eventos brasileiros seus contemporâneos, como se vê pelo trecho adiante transcrito. Observe-se que, pela referência aos quatro primeiros números do *Parnaso brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa, publicados de 1829 a 1830, “há poucos anos impress[o] no Rio de Janeiro” (p. 255), a passagem, considerando o curiosamente lento processo de elaboração da obra, terá sido escrita na década de 30 do século XIX, talvez até depois do manifesto autonomista de Gonçalves de Magalhães (“Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, 1836), o que não impede o autor de continuar desconhecendo as reivindicações românticas relativas à especificidade da literatura brasileira, especialmente em face da portuguesa. Eis a passagem em questão:

O Brasil, além do já citado autor do *Caramuru*, por nós já mencionado, produziu neste mesmo período uma copiosa messe de bons poetas, quase todos eles no gênero lírico. A coleção de poesias intitulada *Parnaso brasileiro*, há poucos anos impressa no Rio de Janeiro, somente nos seus quatro primeiros números, que formam o primeiro volume, apresenta cultores das Musas, na maior parte dignos de louvor pela fertilidade de imaginação, e graças da versificação, que neles aparecem. Entre os poetas acima indicados merecem especial comemoração os dois Alvarengas (Manuel Inácio e Inácio José), Cláudio Manuel da Costa, José Basílio da Gama, o célebre e desditoso Tomé Joaquim [*sic*] Gonzaga, autor da bem conhecida coleção de poesias líricas, intitulada *Marília de Dirceu*, e ultimamente os dois Padres Caldas, cujo nome [*sic*] é credor de viver perene na memória dos verdadeiros apreciadores da Poesia pela sua tradução de grande parte do Psaltério de Davi, e não menos pelas suas Poesias Profanas, dado à luz tudo em Paris no ano de 1820. (p. 255-256)

Nessa mesma década de 1840, em que sai o livro de Freire de Carvalho, o publicista português José de Gama e Castro radicalizava posição contra a tese romântica de uma literatura brasileira autônoma, não propriamente no campo em geral mais sereno das histórias literárias, mas no âmbito imediatista e apaixonado das controvérsias jornalísticas. Isso se deu em 1842, no episódio conhecido como “a polêmica da *Minerva brasiliense*” (cf. COUTINHO, 1968, p. 24), que pode assim resumir-se: Gama e Castro, numa série de dois pequenos artigos publicados no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, sob o pseudônimo “Um português” e intitulados “Inventos dos portugueses”, atribui a Bartolomeu Lourenço de Gusmão (“o Padre Voador”, jesuíta que viveu nos séculos XVII e XVIII)¹⁰ a invenção da “arte de navegar pelos ares”; num número seguinte, o jornal dá à pu-

¹⁰ Ver adiante nota 13.

blicidade carta de um leitor – que se assina “O Brasileiro” –, consignando queixa contra o que considera “uma usurpação feita aos Brasileiros”, isto é, a atribuição de nacionalidade portuguesa ao Padre Voador, que, segundo o argumento da carta, tendo nascido em Santos, seria um inventor brasileiro, tanto quanto Cláudio Manuel da Costa e frei Francisco de São Carlos seriam literatos brasileiros; numa terceira matéria veiculada pelo mesmo jornal, Gama e Castro, de novo sob o pseudônimo “Um português”, faz a sua tréplica, e afirma particularmente sobre a questão da nacionalidade da literatura:

Fala-se de literatura brasileira por hábito, por vício, talvez por excesso de patriotismo; mas a verdade é que (...) literatura brasileira é uma entidade que não só não tem existência real, mas (...) até não pode ter existência possível. (...) A literatura não toma o nome da terra, toma o nome da língua (...). Não há portanto literatura brasileira (...); o que (...) há é que em muitas e muitas obras escritas por Brasileiros consiste um dos principais ornamentos da literatura portuguesa. (...) É nisto que provavelmente vai o engano: os literatos são Brasileiros, porém a literatura é portuguesa. (CASTRO, em CÉSAR, 1978 [1842], p. 124-126)¹¹

Voltemos agora à historiografia literária propriamente dita. À contribuição de Freire de Carvalho segue-se a de José Maria da Costa e Silva. A exemplo de Garrett, o autor não ultrapassa o século XVIII nos dez volumes do seu **Ensaio biográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses**, publicados de 1850 a 1855.¹² Tanto quanto seus antecessores, trata os escritores nascidos no Brasil como portugueses, ocupando-se com Santa Rita Durão (volume 6, livro XII, capítulos I e II), Alexandre de Gusmão¹³ (volume 9, livro XX, capítulo II), Gregório de Matos (volume 9, livro XXI, capítulo II) – a quem atribui o epíteto

¹¹ Essa tese de Gama e Castro, cujo último argumento tenta promover uma dissociação entre a questão político-jurídica da cidadania dos escritores e o problema lingüístico-cultural da literatura, seria mais tarde rebatida por Santiago Nunes Ribeiro, num longo ensaio publicado na revista *Mínerva brasiliense* em 1843, sob o título “Da nacionalidade da literatura brasileira”, bem como por Joaquim Norberto de Sousa Silva, no capítulo “Nacionalidade da literatura brasileira”, estampado na *Revista popular*, no ano de 1860, e destinado a integrar a sua planejada *História da literatura brasileira*. Dissemos “tenta promover”, porque, na verdade, a questão, ainda que apresente as dimensões lingüística e cultural implícitas na alegação, nem por isso deixa de ser política, já que envolve o problema da nacionalidade.

¹² A rigor, a contribuição de Costa e Silva, segundo indica aliás o título da obra, constitui mais uma sucessão de biografias do que uma história literária narrativamente integrada. Em alguns casos, chega a ser quebrada a ordem cronológica no ordenamento de seus livros e capítulos.

¹³ Nos séculos XVII e XVIII, registram-se dois escritores com esse nome, ambos tratados no âmbito da historiografia literária nacional tanto de Portugal quanto do Brasil. O mais antigo nasceu em Lisboa no ano de 1629 e morreu em 1724; estudou e viveu no Brasil, onde se ordenou, entrando para a Companhia de Jesus. É autor, entre outras obras, da *História do predestinado Peregrino* e seu irmão Precito, por alguns considerada a primeira peça de prosa narrativa da literatura brasileira. Teve por aluno o famoso Bartolomeu Lourenço de Gusmão (Santos, 1685 – Toledo, 1724), o Padre Voador, por sua vez irmão mais velho de seu homônimo e afilhado, o Alexandre de Gusmão “brasileiro” – porque nascido no Brasil – (Santos, 1695 – Lisboa, 1753), destacado epistológrafo e funcionário da administração pública portuguesa no tempo de D. João V. A referência aqui é a esse segundo Alexandre de Gusmão.

não de “o Boca do Inferno”, mas de “o Rabelais português” –, Eusébio de Matos (volume 9, livro XXI, capítulo IV), Botelho de Oliveira (volume 10, livro XXIII, capítulo III) e Antônio José da Silva (volume 10, livro XXV, capítulo IV).

Na seqüência cronológica, depois dos esboços já mencionados, devidos a estrangeiros e a portugueses, a historiografia literária de Portugal ganharia desenvolvimento mais extenso e minucioso na obra de dois brasileiros. Assim, em 1862 o cônego fluminense Fernandes Pinheiro publicaria o **Curso elementar de literatura nacional** – onde, apesar do título, a literatura portuguesa ocupa espaço maior do que o reservado à brasileira –, e mais tarde, em 1873, o **Resumo de história literária**, cujo segundo volume é consagrado às letras da língua portuguesa. A essas contribuições o maranhense Sotero dos Reis acrescentaria a sua, publicando, de 1866 a 1873, os cinco volumes do **Curso de literatura portuguesa e brasileira**. Ambos esses autores assumiram uma posição lusófila, de franco entusiasmo pela cultura literária de Portugal, a ponto de o primeiro considerá-la nacional – como se vê pelo título do livro –, e o segundo referir-se a ela frequentemente mediante o possessivo *nossa* (cf., por exemplo: REIS, 1866, v. 1, p. XIV e 12).¹⁴ Quanto à questão que aqui nos interessa, entendem Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis que os autores brasileiros nascidos até o início do século XIX integravam a literatura portuguesa, tendo ocorrido a divisão do patrimônio literário da língua portuguesa comum a Portugal e Brasil em duas literaturas nacionais distintas somente a partir da independência e do romantismo.

No tumultuário projeto da ambiciosa e extensa **História da literatura portuguesa** de Teófilo Braga (dez volumes, publicados de 1869 a 1872),¹⁵ por sua vez, pelo menos na edição refundida de 1909, parece haver assimilação da saída conciliadora proposta por Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis, isto é, inscrever na órbita da literatura portuguesa apenas os escritores “brasileiros” do período colonial. Assimilação, no entanto, ao que tudo indica, determinada por motivações nacionalistas. Assim, salvo algum engano nosso na tentativa de rastrear, no confuso plano da obra, a presença de autores presuntivamente brasileiros – ou por nascidos no Brasil, ou por terem aqui vivido –, o elenco, limitado à fase anterior à independência, chama a atenção pela restrição de nomes e por certas omissões surpreendentes: estão incluídos apenas Nuno Marques Pereira, Alexandre de Gusmão,¹⁶ Antônio José da Silva e Tomás Antônio Gonzaga, e estranhamente se

¹⁴ No Brasil, depois de 1822, ao longo do século XIX e do XX, a lusofilia, em matéria tanto cultural quanto política, sempre integrou, por paradoxal que possa parecer à primeira vista, o nacionalismo brasileiro, tendo sido pelo menos tão comum quanto as atitudes antilusitanas, se é que não prevaleceu sobre estas.

¹⁵ João Palma-Ferreira contabiliza 11 volumes (em BRAGA, 1984, v. 1, p. 8), ao que parece porque considera parte da obra o livro *Teoria da história da literatura portuguesa* (1872).

¹⁶ O mais antigo; ver a propósito nota 13.

omitem os nomes de Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Cláudio Manuel da Costa, Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto, os quais, como vimos, se acham referidos com destaque pelos historiadores que precederam a Teófilo Braga. Ou seja, todos os excluídos são naturais do Brasil – mais passíveis, portanto, da atribuição de “cidadania literária” brasileira –, ao passo que dos incluídos nasceram em Portugal Alexandre de Gusmão,¹⁷ Gonzaga e provavelmente Nuno Marques Pereira, ao passo que Antônio José da Silva, embora nascido no Rio de Janeiro, radicou-se em Portugal desde os oito anos de idade, onde estudou e produziu sua obra.

Se nessa versão da *História* de Teófilo Braga refundida publicada em 1909 as alusões associáveis ao Brasil se limitam aos já mencionados escritores da época colonial, num dos volumes da sua primeira versão – *História da literatura portuguesa*; introdução (1870) – reforça a impressão de rejeição nacionalista da literatura brasileira o modo sintomático como comparece a produção brasileira posterior à independência, condenada pela suposta influência estranha – estrangeira – que poderia exercer sobre a poesia portuguesa tomada como reflexo da índole da nação. Com efeito, no sumário do § VII se lê “Álvares de Azevedo e o lirismo brasileiro. Sua influência perniciosa”, e no texto tudo se resume à seguinte passagem:

Em Portugal, país essencialmente católico, a escola *satânica* não teve adeptos; a melancolia lamartiniana pendeu mais para o hino religioso do que para a impreciação da dúvida e do desespero. Observando a poesia lírica do Brasil, encontra-se uma única feição, a constante imitação de Byron, de Musset e de Espronceda. (BRAGA, 1870, p. 348)¹⁸

Por fim, assinalemos que, numa redução didática de sua *História* publicada em 1875 – *Manual da história da literatura portuguesa* –, Teófilo Braga permanece atento ao mesmo princípio, tratando pois apenas de escritores “brasileiros” do período colonial, num subcapítulo intitulado “Arcádia Ultramarina”,¹⁹ em que, além de mencionar vários poetas menores, concede algum destaque a Basílio, Durão, Cláudio, Alvarenga Peixoto e Gonzaga. Sobre Basílio, aliás, se pronuncia nos seguintes termos: “É um poeta nacional preparando o caminho para a nova literatura do Brasil” (BRAGA, 1875, p. 443). Nova literatura do Brasil que, como tal, restaria fora da sua alçada de historiador da literatura portuguesa.

É assim a partir de Teófilo Braga que passa a vigorar a idéia de que cabe à historiografia literária portuguesa ocupar-se apenas com os autores vinculados ao

¹⁷ Ver a propósito nota 13.

¹⁸ O trecho, além de demonstrar que o autor dispunha de conhecimento precário acerca da produção poética brasileira quase sua contemporânea, parece trabalhar com o pressuposto estranho de que o Brasil era um país menos católico do que Portugal, o que obviamente não faz sentido.

¹⁹ Espécie de suposta correspondente, em terras do Brasil, da Arcádia Lusitana. O autor revela assim desconhecer estudos brasileiros que já naquela época tinham demonstrado que não existira propriamente nenhuma “Arcádia ultramarina”, erro por sinal argüido por Camilo Castelo Branco, em obra publicada no ano seguinte (cf. s. d. [1876], p. 223).

Brasil – pelo local de nascimento ou residência – que sejam anteriores à independência, ficando os demais, portanto, sob a alçada exclusiva da historiografia da literatura brasileira.

Tanto é assim que Camilo Castelo Branco, alguns anos adiante, mantém o mesmo princípio. Desse modo, no seu *Curso de literatura portuguesa* (1876), em que segue o plano e dá continuidade ao projeto de José Maria de Andrade Ferreira – interrompido no primeiro volume, publicado em 1875, por morte do autor –, inscreve um subcapítulo intitulado “Poetas da colônia brasileira”, em que apresenta e analisa Basílio, Durão, Cláudio, Gonzaga, os dois Alvarengas e Sousa Caldas. Além desses autores, refere de passagem Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu e Álvares de Azevedo – tidos como representantes da literatura nacional do Brasil, e que teriam sido prefigurados pelos setecentistas que estuda –, além de Gregório de Matos e Botelho de Oliveira, que considera “notáveis poetas” (BRANCO, s. d. [1876], p. 224). Revela ainda estar bem informado sobre a literatura brasileira sua contemporânea, não só pela menção que faz dos nossos poetas românticos, mas também por citações – elogiosas, por sinal – de Joaquim Norberto, Pereira da Silva e Fernandes Pinheiro (BRANCO, s. d. [1876], p. 223), demonstrando assim familiaridade com os estudos que reivindicavam autonomia para a literatura brasileira, tese a que parece aderir, embora um tanto ironicamente, como se pode depreender da seguinte passagem: “O Uruguai é o timbre de Basílio da Gama, e o primeiro poema épico em que floream as graças originais das musas brasileiras, para nos expressarmos consoantes à época atual” (BRANCO, s. d. [1876], p. 224; grifo nosso). Mas, naturalmente, esse reconhecimento de uma literatura brasileira emergente não o impede de considerar integrantes da literatura portuguesa os poetas anteriores à independência, donde referir-se a Sousa Caldas nos termos seguintes: “Eis o nome de um poeta superior, e o maior que tiveram portugueses na poesia sacra” (BRANCO, s. d. [1876], p. 230; grifo nosso).

A mesma solução se encontra, de modo tácito, isto é, sem qualquer tipo de argumentação, nos compêndios escolares de Mendes dos Remédios²⁰ e de Joaquim Ferreira (1939), ambos intitulados *História da literatura portuguesa*. No pri-

²⁰ Segundo informa João Palma-Ferreira, “em 1914 já ia [a obra] em 3ª edição” (em BRAGA, 1984, v. 1, p. 53), não tendo sido possível apurar com segurança a data da primeira. Acreditamos, contudo, que terá sido 1898, sob o título de *Literatura portuguesa*; esboço histórico, obra que, por sua vez, parece ser o segundo volume de outra publicada pelo mesmo editor no mesmo ano, como segunda edição, intitulada *Introdução à história da literatura portuguesa*. Nesta última, não obstante o título, não se entra propriamente no tema por ele anunciado, havendo três grandes partes, ao que parece concebidas como preâmbulo para uma história da literatura portuguesa: Filologia portuguesa (que trata das origens da língua portuguesa, seus dialetos e relações com outros idiomas), Literatura grega e Literatura latina.

meiro, encontramos notícias sobre Antônio José da Silva, Sebastião da Rocha Pita e Alexandre de Gusmão,²¹ sem qualquer ressalva em relação aos escritores ir-restritamente portugueses, além de um subcapítulo intitulado “Colônia brasileira”, em que trata dos épicos – Basílio da Gama e Santa Rita Durão – e dos líricos – Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga, Gonzaga e Sousa Caldas –, sendo que deste último, não obstante o nascimento no Rio de Janeiro, afirma com todas as letras: “(...) é o poeta português que melhor desferiu vãos em assuntos religiosos” (REMÉDIOS, 1930, p. 413, grifo nosso); e no segundo, há referências a Antônio José da Silva, com algum destaque, bem como informações sumaríssimas, em pouco mais do que uma página, sobre “alguns poetas nascidos no Brasil ou de origem brasileira [que] criaram fama” (FERREIRA, 1939, p. 683): Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Gonzaga e Sousa Caldas.

Do mesmo modo procede Fidelino de Figueiredo na sua *História literária de Portugal* (1944): na seção intitulada “III Época: 1756-1825”, parte do Livro Terceiro (Era clássica: 1502-1525), limita-se, depois de referir de passagem Antônio José da Silva e Alexandre de Gusmão,²² a abrir subcapítulo intitulado “Grupo brasileiro”, em que se ocupa com Cláudio Manuel da Costa, Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Alvarenga Peixoto, Gonzaga, “Cartas chilenas”, Silva Alvarenga e Sousa Caldas. O autor se cala quanto à ausência, em sua *História*, de nomes “brasileiros” de outras épocas, mas, na passagem a seguir transcrita, parece querer justificar minimamente a inclusão dos setecentistas mencionados, numa obra dedicada à história da literatura portuguesa:

A Arcádia [Lusitana] refletiu influência sobre o Brasil, não tanto pela fundação de outra academia de igual tipo, coisa ainda hoje não provada, como pela aparição de um grupo de poetas, em que, a par do americanismo nascente, se ostentam formas do gosto, que os árcades em Portugal haviam defendido e exemplificado. (FIGUEIREDO, 1966 [1944], p. 295)

A mesma orientação se observa na *História da literatura portuguesa* de Antônio José Saraiva e Óscar Lopes (1973 [1955]), mas somente nessa obra encontramos justificativa teórica para o procedimento:

(...) apesar de o domínio lingüístico português abranger o Brasil, não há dúvida de que a literatura brasileira adquiriu características diferenciais, relacionadas com a progressiva diferenciação nacional brasileira; e, como seria difícil, se não mesmo impossível apontar uma divisória intrínseca, o mais razoável será deixar de incluir no nosso estudo da literatura portuguesa as obras de autoria brasileira posteriores à data da proclamação da independência desse país (...). As obras de naturais do Brasil anteri-

²¹ O “brasileiro”; ver a propósito nota 13.

²² O “brasileiro”; ver a propósito nota 13.

ores a essa data serão ainda objecto do nosso estudo; conquanto também julgemos legítimo encará-las, a elas e até a obras de metropolitanos que viveram no Brasil (caso de Tomás António Gonzaga) sob o ponto de vista da formação da consciência nacional e literária brasileira. (p. 12-13)

Quanto à afirmação de que seria legítimo conceber as obras de escritores nascidos no Brasil antes da independência, e até a de autores naturais de Portugal e aqui radicados, “sob o ponto de vista da formação da consciência nacional e literária brasileira”, eis um princípio que não é senão uma espécie de referendo metropolitano de compreensão firmada por antologistas e historiadores românticos brasileiros, que seria enfim consolidado por Sílvio Romero (1953 [1888], v. 1) na sua *História da literatura brasileira de 1888*, onde se lê: “(...) contemplarei (...) como nossos os [escritores] nascidos no Brasil [nos tempos coloniais], quer tenham saído, quer não, e os filhos de Portugal, que no Brasil viveram longamente” (p. 58).

Depois de Sílvio Romero, assim, as histórias da literatura brasileira tratarão como irrestritamente brasileiros tais escritores. Não será por outro motivo que, em obras brasileiras dedicadas à história literária de Portugal lançadas no século XX – Massaud Moisés, 1960; Antônio Soares Amora, 1961 – eles não têm lugar – ou ocupam espaço reduzido a muito pouco, aparecendo ainda em geral qualificados como brasileiros –, dado o entendimento pressuposto de que se encontram devidamente acolhidos nos estudos historiográficos consagrados à literatura do Brasil.

5

Ponhamos agora um arremate cronológico à exposição. Se no plano das relações de governo Portugal reconhece a independência do Brasil em 1825, no que se refere à autonomia literária isso só ocorre bem mais tarde, em duas etapas mais ou menos distintas, conforme documentam as histórias literárias portuguesas. Assim, num primeiro momento, situado na década de 1860 e atestado nas obras de Fernandes Pinheiro, Sotero dos Reis e Teófilo Braga, firma-se a idéia de que as obras de expressão portuguesa, não importando a naturalidade brasileira ou lusitana dos seus autores, integrariam o patrimônio da literatura de Portugal, desde que produzidas até antes da proclamação da nossa independência, marco a partir do qual o Brasil passaria a construir sua própria literatura nacional. Num segundo momento, situado na década de 1950 e documentado no estudo de Saraiva & Lopes, as histórias literárias portuguesas, sem abrir mão da possibilidade de situar no seu âmbito os autores “brasileiros” do período colonial, passam mesmo a

admitir a retroação do conceito de literatura brasileira até os primeiros séculos da colonização, no que enfim concordam, após longa resistência, com o ponto de vista defendido já a partir do século XIX por historiadores e críticos nacionalistas brasileiros.

Desse modo, se tivermos por referência o primeiro momento desse processo, nossa emancipação literária só se torna reconhecida por parte de Portugal cerca de quarenta anos após a independência; se, contudo, a referência for o segundo momento mencionado, então isso só terá ocorrido em torno de cento e cinqüenta anos depois do grito do Ipiranga. Em outros termos, a prevalecer este segundo critério, faz apenas mais ou menos cinqüenta anos que o Brasil dispõe de uma literatura nacional específica reconhecida pela nossa antiga metrópole.

Abstract

The acknowledgement by Portuguese literary histories that Brazilian literature constitutes an autonomous national literary system was a long process, in whose unfolding it is possible to discern two moments. The first, in the 1860s, conceives the idea that works in Portuguese, without taking into consideration their authors' Brazilian or Portuguese nationality, would be part of the Portuguese literary patrimony as long as they were produced before the proclamation of our independence, from which point onwards Brazil would construct its own national literature. In the second, defined in the 1950s, despite the fact that 'Brazilian' authors of the colonial period are still integrated into the scope of Portuguese literature, Portuguese literary histories start to acknowledge the retroactive concept of Brazilian literature up to the first centuries of colonisation, finally agreeing, after long resistance, with the viewpoint that had already been sustained by Brazilian nationalist historians and critics since the 19th century.

Key words: Portuguese literature historiography; Brazilian literature historiography; Nationalism; Colonialism; Literary history.

Referências

AMORA, Antônio Soares (Dir.). *Presença da literatura portuguesa; história e antologia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966 [1961]. v. 3.

AZEVEDO, [Manuel Antônio] Álvares de. *Literatura e civilização em Portugal [circa 1850]*. In: AZEVEDO, [Manuel Antônio] Álvares de. *Obras completas*. Organizada e anotada por Homero Pires. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Cia. Ed. Nacional, 1942. v. 2, p. 321-387.

BARBOSA, Januário da Cunha, (Org.). **Parnaso brasileiro**; ou coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, quanto já impressas. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1829-1832. 2v.

BOLOGNINI, Carmen Zink (Org.). **História da literatura**: o discurso fundador. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2003.

BRAGA, Teófilo. **História da literatura portuguesa**. Porto: Imprensa Portuguesa Ed., 1870.

BRAGA, Teófilo. **Teoria da história da literatura portuguesa**; dissertação-para o concurso da 3ª cadeira (Literaturas modernas da Europa e especialmente a Literatura portuguesa) do Curso Superior de Letras. Porto: Imprensa Portuguesa, 1872.

BRAGA, Teófilo. **Manual da história da literatura portuguesa**; desde as suas origens até ao presente. Porto: Magalhães & Moniz, 1875.

BRAGA, Teófilo. **História da literatura portuguesa**. [Lisboa]: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984 [1869-1872]. v. 4.

BRANCO, Camilo Castelo. **Curso de literatura portuguesa**. Pref. de Viale Moutinho. Lisboa: Labirinto, s. d. [1876].

CARVALHO, Francisco Freire de. **Primeiro ensaio sobre história literária de Portugal**; desde a sua mais remota origem até o presente tempo, seguido de diferentes opúsculos, que servem para sua maior ilustração, e oferecido aos amadores da literatura portuguesa em todas as nações. Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1845.

CÉSAR, Guilhermino (Org.). **Historiadores e críticos do romantismo**; 1 – a contribuição europeia: crítica e história literária. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

FERREIRA, Joaquim. **História da literatura portuguesa**. Porto: Domingos Barreira Editor, 1939.

FIGUEIREDO, Fidelino. **História literária de Portugal**; séculos XII-XX. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1966 [1944].

GARRETT, Almeida [João Batista da Silva Leitão]. **Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa** [1826]. In: GARRETT, Almeida [João Batista da Silva Leitão]. **Obra completa**. Lisboa: Discolivro, 1984. v. 13, p. 269-316.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Biblioteca lusitana**; histórica, crítica e cronológica – na qual se compreende a notícia dos autores portugueses e das obras, que compuseram desde o tempo da promulgação da Lei da Graça até o tempo presente [...]. Lisboa: Oficina de Antônio Isidoro da Fonseca (v. 1)/Oficina de Inácio Rodrigues (v. 1 e 2)/Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno (v. 4), v. 4, 1741-1759.

MAGALHÃES, D.[omingos] J.[osé] G.[onçalves] de. **Discurso sobre a história da literatura do Brasil** [1836]. In: MAGALHÃES, D.[omingos] J.[osé] G.[onçalves] de. **Obras**; tomo VII – opúsculos históricos e literários. Rio de Janeiro: B.-L. Garnier, 1865. v. 8, p. 239-271.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de (Org.). **História e antologia da literatura portuguesa**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997-2004. Em processo de publicação. 28 fascículos publicados.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 1970 [1960].

- PINHEIRO, [Joaquim Caetano] Fernandes (cônego). **Resumo de história literária**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, [1873]. v. 2.
- PINHEIRO, [Joaquim Caetano] Fernandes (cônego). **Curso elementar de literatura nacional**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1883 [1862].
- REIS, Carlos, dir. **História crítica da literatura portuguesa**. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1993-2001. 9v. previstos; já publicados v. 1, 2, 3, 5, 6 e 7.
- REIS, Francisco Sotero dos. **Curso de literatura portuguesa e brasileira**. [São Luís]: s. ed., 1866-1873. v. 5.
- REMÉDIOS, [Joaquim] Mendes dos. **Introdução à história da literatura portuguesa**. Coimbra: F. França Amado, 1898.
- REMÉDIOS, [Joaquim] Mendes dos. **Literatura portuguesa; esboço histórico**. Coimbra: França Amado, 1898.
- REMÉDIOS, [Joaquim] Mendes dos. **História da literatura portuguesa; desde as origens até a actualidade**. Coimbra: Atlândida, 1930.
- RIBEIRO, José Silvestre. **Primeiros traços duma resenha da literatura portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853. v. 1.
- ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953 [1888]. v. 5.
- SALGADO JÚNIOR, António. História literária em Portugal. In: COELHO, Jacinto Prado (Dir.). **Dicionário de literatura**. Porto: Figueirinhas; Rio de Janeiro: José Aguilar, 1973 [1959]. v. 1, p. 394-398.
- SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. **História da literatura portuguesa**. Santos: Martins Fontes, 1973 [1955].
- SILVA, Inocêncio Francisco da *et al.* **Dicionário bibliográfico português; estudos aplicáveis a Portugal e ao Brasil**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923. v. 22.
- SILVA, José Maria da Costa e. **Ensaio biográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses**. Lisboa: Imprensa Silviana, 1850-1855. v. 10.